



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 18

MANDATO 2017/2021

Aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

Ordem do Dia -----

1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 21.02.2019 e 25.02.2019. -----

2 – Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----

2.1 - Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 2.137.979,81€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal – cessação do procedimento de contratação;

2.2 – Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 2.659.805,44€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal; -----

2.3 – Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2018; -----

2.4 – Relatório de Gestão e Contas, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2018; -----

2.5 - Proposta de celebração de Adenda ao protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Campo e Sobrado para administração do cemitério de Luriz em fevereiro de 2011. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, José Maria Veloso Delgado, Alberto Fernando Correia Neto e José António Ferreira da Silva. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Arnaldo Pinto Soares, Daniel Torres Gonçalves, Fernando Jorge das Neves Ferreira, Ivo vale das Neves, Maria da Trindade Morgado do Vale, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa tendo sido substituídos, respetivamente, por António Sérgio Ribeiro Pinto, Joaquim António Leitão Almeida, Berta Maria dos Santos Ferreira Pinheiro, Pedro Filipe da Rocha Almeida, Luís Paulo Moreira Cunha, Tiago Alexandre Gaspar Sabença e Adelino Joaquim Machado Soares. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos munícipes. -----

O **Munícipe Senhor Paulo Meireles**, disse que representava a Associação de Moradores do Lugar de Langueirões, pretendia expor publicamente a oposição que os moradores estão a fazer quanto ao processo 69-OC/2017, que corresponde ao licenciamento de uma plataforma logística que a Câmara licenciou no passado mês de dezembro na zona habitacional onde moram. -----

Trata-se de uma zona residencial que está em expansão e não pretendem que uma plataforma logística daquele tamanho vá lá ocupar e vá entrar em conflito com os haveres da comunidade. -----

Já solicitaram uma reunião a fim de ver se é possível a Câmara parar com o licenciamento, parar com a obra, caso contrário a união de moradores vai meter uma Providência Cautelar de forma a cancelar o licenciamento. -- A atividade que vai ali ser exercida é incompatível com a comunidade residencial que lá se encontra, que tem expectativas, o seu bem-estar, a zona que escolheu para viver baseado no PDM, o PDM diz que aquilo é uma zona residencial. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que, de acordo com a informação que tem, está a decorrer um processo de licenciamento dentro da lei, o que está licenciado é uma empresa logística, respeitam que alguns moradores não concordem com o licenciamento, estão no seu direito, do ponto de vista de beneficiação daquela as melhorias vão ser consideráveis do ponto de vista da mobilidade. -----

Pouco tempo antes de ser eleito Presidente de Câmara esteve aprovado um projeto para um Megaparque de Diversões, já com licença quase pronta para levantar e nunca houve nenhuma contestação por parte da população. -----

Trata-se de uma empresa do concelho que armazena papel, não é uma plataforma logística, agora nem sempre o interesse público coincide com o interesse privado, respeita os senhores, mas estão a atuar dentro da lei. -----

O **Munícipe Senhor Adriano Soares Ribeiro**, disse que um grupo de cidadãos das freguesias de Campo e Sobrado, no qual se inclui, estão interessados na desagregação das duas freguesias. -----

Começaram por falar com o Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado com quem discutiram o assunto, bem como a Mesa da Assembleia Municipal. -----

Foram recebidos, expuseram o assunto, não levaram nenhuma proposta redigida sobre nada porque não é da competência deles, mas levaram um apelo verbal uma vez que abril é mês de assembleias ordinárias, e apontando como referência um artigo do Jornal de Notícias de 22 de março de 2019, dando conta que em agosto de 2018 o Gabinete do Ministro da Administração Interna garantiu a esse jornal que a proposta de Lei-Quadro sobre a matéria seria apresentada no Parlamento no início desta sessão legislativa, ou seja em setembro passado. -----

Uma vez que já passaram cerca de oito meses e não se vê sinal de nada e estão a escassos dois ou três meses do final da última sessão legislativa da atual legislatura e que se nada for feito tudo o que a respeito da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

desagregação das freguesias pudesse ter sido feito até agora na Assembleia da República será arquivado e tudo voltará à estaca zero, incluindo propostas de projetos sobre o assunto que estejam pendentes. -----

Está cada vez mais instalada na ideia da população que há muitos responsáveis a dizer que querem a separação das duas freguesias, mas que na realidade não o querem, e esta Assembleia ao decidir assim veio dar muito mais corpo a essa ideia, no seu entendimento não prestaram um bom serviço à causa da desagregação das freguesias de Campo e Sobrado. -----

Na Conferência de Representantes ficou decidido esperar uma Assembleia de Freguesia que se irá realizar no dia 23 de abril, uma sessão extraordinária, portanto vai ficar dependente um pouco dessa decisão a tomada de posição desta Assembleia. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, fez a leitura de um **Voto de Congratulação** – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos – PART, anexo à presente ata como **Doc.1**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, disse que sobre o PART era importante deixar algumas notas, mais importante que o PART era mais interessante existir transportes públicos, porque é um pressuposto da aplicação do programa, a existência de transportes públicos eficazes, que a oferta de transportes públicos satisfaça as populações e que as populações por essa via possam fazer a tal opção de deixar os carros em casa e utilizar mais o transporte público, então aí o PART era mesmo PART. -----
Gostava que o senhor Presidente da Câmara os esclarecesse de qual vai ser o impacto para o concelho de Valongo da aplicação deste programa. -----

O programa para ser eficaz convém que paguem às empresas de transportes, porque se não, isto não vai funcionar, e como as empresas de transportes ainda não sendo parte do PART, não faziam parte do PART, ainda não receberam nenhum pagamento durante este ano, espera que o PART depois não seja um buraco, e que acabe por não funcionar em condições. -----

O modelo novo dos STCP que foi implementado pelo atual Governo em parceria com as Câmaras da Área Metropolitana servidas pelo STCP, onde a Câmara Municipal de Valongo é parte na gestão dos STCP e, portanto, tem instrumentos na mão, também, enquanto acionista, nas opções de transportes na Área Metropolitana servida pelo STCP, nomeadamente naquilo que havia em expectativa para o concelho de Valongo que podia beneficiar por força da participação dos STCP. -----

Outra questão, diz respeito à Reforma Administrativa das Freguesias que foi aprovada e que foi implementada e que levou à agregação das freguesias de Campo e de Sobrado, é uma questão preocupante, partilho das preocupações que foram expressas, foram períodos muito difíceis que viveram, houve dias em que não sabiam se no dia seguinte iam continuar a fazer parte do Euro, ou se o dinheiro que tinham nos bancos ia estar disponível no dia seguinte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Foram confrontados na altura com um negócio que foi feito pelo Governo de Portugal na altura então liderado pelo senhor engenheiro técnico José Sócrates, e como só tinham 300 milhões de tesouraria para fazer face às despesas do Estado decidiram pedir ajuda internacional em nome do País, depois quem foi responsabilizar-se por esse programa, que teve que levar isso para a frente, já não foram os autores, aqueles que deram origem à vinda desse programa, foi um outro Governo formado por outras forças partidárias da qual faz parte. -----

Uma das coisas que estava era a Reforma Administrativa das Freguesias, não só, e claramente escrito a sua diminuição, sabe-se hoje, que quando aqueles termos foram negociados entre o Governo de Portugal, então liderado pelo engenheiro técnico José Sócrates, e foi incluído aquele ponto no acordo que foi celebrado, sabe-se hoje que a pessoa que defendeu isso é exatamente a pessoa que lidera o Governo atual e que lidera o PS, o Dr. António Costa. -----

Quem andava a agregar freguesias não por imposição de um acordo celebrado com parceiros internacionais que nos financiavam, mas por vontade própria era o Dr. - António Costa, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que andava a agregar a freguesias em Lisboa, e ninguém o forçou a isso, ninguém o obrigou a isso, era mesmo uma vontade dele. -----

Não está a ver ambiente político para que as pessoas vejam concretizada a possibilidade de corrigir decisões que foram tomadas há 7 anos e eventualmente levar a uma desagregação, no caso as freguesias de Campo e Sobrado, não vê ambiente político para isso. -----

O líder do Governo e que lidera uma coligação maioritária no Parlamento Português, que está a chegar a fim da legislatura, portanto o tempo urge, foi um precursor na agregação de freguesias no Município de Lisboa, publicamente já disse que não vai haver uma avaliação, ou uma tomada de posição relativamente à agregação ou desagregação, ou reforma ou deixar de reformar, já o afirmou. -----

Acresce o facto de o Governo estar a implementar uma reforma de desconcentração de poderes, descentralização de competências, portanto se houvesse uma vontade política para que isso acontecesse era nessa reforma que as coisas tinham que ser incluídas, aproveitava-se esse momento político para incluir e não aconteceu. -----

O país é governado há quase 4 anos por uma coligação política entre o PCP, o BE e o PS que se juntou e que durante 3 anos e meio tomou as decisões que quis tomar, aprovou orçamentos de Estado, aprovou reformas e meias reformas, reversões de medidas tomadas, medidas novas, tomaram as decisões que entenderam. Agora, a 5 meses de eleições legislativas, a 2 meses do fim da sessão legislativa, querem convencer alguém que deixaram para o fim esta decisão e que ainda a vão tomar efetivamente, julga que todos concordamos com isso, na política é fundamental não enganar as pessoas, não vale a pena andar a enganar as pessoas, porque depois as pessoas mais tarde ou mais cedo descobrem que foram enganadas. -----

Portanto, julga que o ambiente político não conduz a isso, acho que se o BE, o PCP e o PS efetivamente quisessem mexer naquela reforma que foi implementada e que levou à agregação de freguesias, se quisessem efetivamente fazê-lo já o tinham feito, porque durante 3 anos e meio tiveram todas as condições para isso, juntaram-se e decidiram aquilo que quiseram, se não dissidiram é porque não o quiseram, tinham para isso. -----

Recorda que quando o assunto foi trazido a público da última vez o senhor Presidente da Câmara de Valongo, publicamente, afirmou que ia propor um referendo local, pergunta se o senhor Presidente já fez alguma coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

relativamente a isso, se apresentou alguma proposta, ou formalizou o que quer que fosse relativamente ao referendo local. -----

De seguida entregou uma **Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.2**, cujo teor se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PSD recomenda à Câmara Municipal de Valongo que, volvidos 7 anos da implementação da reforma autárquica que agregou as freguesias de Campo e de Sobrado, seja encomendado a uma entidade terceira, independente, preferencialmente uma universidade, um estudo que proceda à avaliação dos impactos e efeitos socioculturais e económicos produzidos na freguesia de Campo e Sobrado e também no concelho, resultante da agregação ocorrida. -----

A importância de ter conhecimento técnico concreto dos efeitos ocorridos proporcionará um fundamento mais alicerçado de uma decisão política que conduza à desagregação da União de Freguesias de Campo e Sobrado.”

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que o PS tem governado pela proposta que foi apresentada na noite das eleições há 3 anos, o PS só não governaria o país se não quisesse, o PCP sempre apresentou medidas em orçamento de estado no sentido de serem aprovadas e muitas delas não foram. -----

A lei de transferência de competências é originária num acordo, num entendimento entre o PSD e o PS, o Dr. Rui Rio e o Dr. António Costa que assinaram, que acordaram e que o puseram em prática. -----

De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.3** cujo teor se transcreve: -----

“A empresa RETRIA foi inaugurada há mais de 10 anos com o objetivo de destruição e tratamento de resíduos de demolição e construção. Mas hoje em dia, após licenças do Ministério do Ambiente de vários governos e da CCDR-N, passou a receber e tratar outros tipos de resíduos, como lixo hospitalar. O resultado destas decisões levou a que se torne insuportável andar na rua ou manter portas e janelas abertas. -----

No dia 31 de março, dezenas de pessoas participaram na Tribuna Pública da CDU sobre o problema da RETRIA, em Sobrado, para denunciar o profundo desagrado e descontentamento sentidos pela população, devido aos problemas causados pela empresa na freguesia – maus cheiros e contaminação das águas - mais concretamente em Alto de Vilar, lugar mais próximo desta. -----

Esta ação da CDU, que se seguiu a várias intervenções feitas pelos nossos leitos, pretendeu dar voz à população, tendo em conta que o mal-estar sentido se tem vindo a intensificar ao longo dos tempos. -----

Esteve presente a deputada do PCP na Assembleia da República Diana Ferreira que se comprometeu-se a intervir junto do Governo, questionando sobre licenças e inspeções pelas entidades competentes, dando força à população Sobradense para a continuação desta luta. -----

Cabe a esta AM e à CM reforçar a sua intervenção, assumindo as suas responsabilidades. -----

Pelos motivos expostos, propomos que a AM interceda permanentemente junto do senhor Presidente da Câmara de Valongo, e aprove a seguinte recomendação: -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 18 de abril de 2019 delibera: -----

- *Recomendar ao executivo camarário que envie para os diferentes grupos parlamentares/governo uma menção de desagrado pela forma como labora a empresa e envie à CCDR um pedido de fiscalização do funcionamento da empresa e um pedido de revisão das autorizações; -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- *Enviar para os diferentes grupos parlamentares/governo uma menção de desagrado pela forma como labora a empresa, pedindo que intervenham na Assembleia da República para por fim a este problema.”*

Leu de seguida uma **Pergunta** – Transferência de Competências anexa à presente ata como **Doc.4** cujo teor se transcreve: -----

“A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013) alterada pela Lei nº 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei nº 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações. -----

A postura da Câmara Municipal de Valongo tem sido a de recusa na aceitação de transferências de novas competências, no pressuposto da não aceitação de responsabilidades que contêm em si, custos, uma vez que essas competências, não são acompanhadas das respetivas verbas fundamentais para a sua execução. -----

Aliás, a avaliação desses custos não foram previstos, nem têm qualquer garantia futura de cabimento neste Orçamento de Estado, nem se sabendo o que reservam os futuros OE, condenando logo à partida a ligeireza com que os partidos responsáveis por esta medida, PS e PSD, negociaram e assumiram em acordos à revelia da Assembleia da República. -----

Assim sendo gostaríamos de saber qual a posição da Câmara Municipal de Valongo quanto à aceitação ou não, da transferência da medida sobre Educação e sobre Saúde. -----

Certos que a sua aceitação, sem qualquer garantia de transferência financeira, não reservará nada de positivo para o futuro do Município de Valongo e conseqüentemente, para a nossa população.” -----

Seguidamente fez a leitura de uma **Saudação** – Transportes anexa à presente ata como **Doc.5** cujo teor se transcreve: -----

“Entrou em vigor no dia 1 deste mês de abril o Passe Único, implementado para a circulação em toda a área metropolitana do Porto. -----

Trata-se de uma medida de enorme alcance social, da qual o PCP/CDU se orgulha, do seu contributo decisivo para a criação de condições para a implementação do Passe Único, medida defendida isoladamente, ao longo de vários anos, numa posição clara em defesa dos utentes. -----

A aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária será de uma importância muito significativa na redução dos custos dos passes sociais e na promoção da utilização do transporte público. -----

Muitas famílias sentiram já, essa redução dos custos de dezenas de euros mensais, sendo também, um incentivo claro à redução do transporte pessoal porque, pela primeira vez, têm um verdadeiro motivo como incentivo à utilização do transporte público. -----

Garante ainda a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida das populações, reduzirá o trânsito nas cidades e trará progressos importantes em termos ambientais, confirmando-se como uma medida de enorme alcance social. -----

Interessa, no entanto, à população do Concelho de Valongo, utentes dos transportes, que sejam dados os passos decisivos para que sejam acertadas as medidas necessárias a que todos os operadores de transportes que circulem em todo o Concelho cumpram com as medidas acordadas com todos e para todos.” -----

De seguida leu uma **Mocção** anexa à presente ata como **Doc.6** cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Considerando que: -----

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, resultou numa imposição que não teve em consideração a opinião das freguesias e das populações; -----

Deste processo, quase seis anos passados desde a sua formalização, não resultou, ao contrário do anunciado, uma poupança para o Estado, nem um reforço das competências e dos meios das freguesias, antes se verificando uma efetiva eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas. -----

E tendo em conta que: -----

O Governo, não obstante, afirmar que defende a reposição das freguesias, tem vindo, sucessivamente, a incumprir os compromissos e prazos que anunciou em matéria de apresentação de legislação conducente à concretização do processo de reposição de freguesias; -----

E dado que: -----

Está a terminar a atual legislatura, o que significa que, se não for entretanto aprovada legislação sobre a matéria, ficará condicionada a sua aprovação em tempo útil para as próximas eleições autárquicas decorram de acordo com o novo mapa das freguesias. -----

Num momento em que tanto se invoca a proximidade em nome da “descentralização”, não faz sentido que se mantenha adiada a reposição das freguesias extintas, no nosso caso em concreto do Concelho de Valongo, a reposição das Freguesias de Sobrado e Freguesia de Campo, elas mesmo um elemento essencial da proximidade e resolução dos problemas das populações. -----

A Assembleia Municipal de Valongo reunida a 18 de abril de 2019, em reunião ordinária, consciente de que uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações, delibera: -----

1. Lamentar os sucessivos adiamentos das decisões necessárias à reposição das freguesias extintas contra a sua vontade; -----
2. Reclamar dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República a aprovação das medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias, ainda nesta legislatura, de acordo com a vontade das populações e dos despectivos órgãos autárquicos; -----
3. Enviar cópia desta Moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Ministro da Administração Interna, à Direção da ANAFRE e aos senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal de Valongo, com o exposto pedido de distribuição da mesma aos despectivos Vereadores/as e Deputados/as Municipais.” -----

Apresentou à **Mesa** um Requerimento anexo à presente ata como **Doc.7**, cujo teor se transcreve: -----

“No Plano de Mobilidade Urbana Sustentável surge como proposta de intervenção a requalificação da Rua da Costa, em toda a sua extensão, a mudança para sentido único e a abertura de um arruamento entre a Rua Escola da Costa e a Rua Aldeia dos Lavradores. Nada é referido acerca da abertura de circulação entre a Praceta D. António Ferreira Gomes e a Rua Escola da Costa. -----

Assim, pretendemos que nos seja esclarecido: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Que obras decorrerem naquele arruamento? -----

Qual a intenção da Câmara Municipal? -----

Qual a justificação para se proceder a esta obra? -----

Porque está a ser realizada uma obra que não fazia parte do plano de mobilidade?" -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que Valongo foi objeto de uma reportagem, que em nada dignifica a postura de transparência e conduta que uma Câmara Municipal deve demonstrar. -----

Na sequência dessa reportagem da TVI, foram várias as dúvidas e incertezas que chegaram ao CDS-PP relativamente ao processo de concessão do estacionamento à superfície no concelho de Valongo, todo o processo está envolto em dúvidas e incompreensões que nunca ficaram totalmente esclarecidas. -----

Assim, perguntava quem renegociou o atual contrato com a Parque VE; quais as condições desse contrato; se o arquivamento de multas carecia de despacho do executivo; e qual será a postura da Câmara Municipal no futuro em relação a este tema. -----

Fruto da má informação que chega aos Valonguenses relativamente à obrigatoriedade de pagamento das multas pode o Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro garantir a quem não pagou as multas que um dia mais tarde não será obrigado a pagar e que estará livre de qualquer problema legal. -----

De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** que se anexa à presente ata como **Doc.8**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que o PSD durante esta legislatura também teve toda a liberdade para o fazer, não foi só os partidos que têm um acordo. -----

De seguida fez a leitura de uma **Moção** – pelo alargamento e melhoria do complemento solidário para idosos, anexa à presente ata como **Doc.9**. -----

Seguidamente leu uma **Moção** – pelo transporte ferroviário pela nova linha do Vale do Sousa anexa à presente ata como **Doc.10**. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa**, disse que o Membro Miguel Santos passou aqui uns minutos a branquear 4 anos de um mau Governo de Portugal, recordou que o negócio também foi no tempo do Governo do Sócrates, mas também na altura o PSD foi chamado a esse negócio. Depois disso passaram-se 4 anos a governar contra os portugueses, parece que foi o Sócrates que foi a Luanda vender ao desbarato a preço de saldo o BPN, foi o Passos Coelho, parece que foi o Governo do PSD que privatizou a EDP aos chineses colocando cá fora que até deram mais 1000 milhões de euros do que o valor da EDP, hoje estão a sentir que eles até querem sair do país. -----

Parece que foi o Governo do PS, mas não, foi o do PSD que privatizou os CTT, há concelhos que não têm nenhuma loja dos CTT, que faziam um serviço público muito importante, ganharam as eleições não conseguiram fazer Governo, porque se não até queriam retirar 600 milhões de euros ao Fundo da Ação Social e privatizar a Segurança Social, isso é público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro Miguel Santos terá algum peso de consciência, porque esteve 4 anos no mandato do anterior Governo e não fez nada para evitar a agregação e sabia que a comunidade de Sobrado e a comunidade de Campo não queriam a agregação. -----

Fizeram o Livro Verde da Reforma Administrativa Territorial, nesse estudo o concelho de Valongo nem entrava porque era um concelho equilibrado, mas depois por uma motivação política apareceu um Livro Amarelo e que aí aparecia com 33% que era obrigado a fazer a agregação, a motivação é política. -----

Enquanto Presidente de Junta foi a Lisboa 2 ou 3 vezes, talvez à maior manifestação política que alguma vez se fez em Lisboa, eram cerca de um milhão de pessoas nas ruas de Lisboa contra a agregação. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, em defesa da honra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu não faço considerações sobre a consciência do senhor Presidente da Junta, mas, também, não vejo como muito agradável a forma como o senhor Presidente da Junta faz as considerações sobre a minha consciência.

Estou sempre, e estarei sempre disponível e pronto para em qualquer circunstância seja ela favorável ou desfavorável assumir as minhas responsabilidades e dar as explicações que forem solicitadas de forma legítima.

Sobre a questão da agregação das freguesias, levar o país à banca rota não é nada original para o PS, porque já lá foram três na história democrática do país, com Governos do PS, isto é factual, não são considerações. -----

O senhor Presidente da Junta fala de ânimo leve porque não foi colocado perante a circunstância de ter que assumir decisões que tinham por objetivo o cumprimento de um desígnio nacional, essa foi a circunstância em que eu me encontrei. -----

Não fui eu, nem foi o meu partido que ocasionou a que essas circunstâncias viessem a acontecer, mas tivemos que as assumir, eu tive que assumir essas obrigações, enquanto quem as originou sacudiu a água do capote e fez de conta que não era nada com eles.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, António César Ribeiro Ferreira**, começou por convidar todos a estarem presentes no dia 24 de junho, em Sobrado, para as festas do São João, principalmente aqueles que nunca participaram. -----

Outro assunto tem a ver com Retria, a população de Sobrado precisa muito de todo o apoio, que foi para isso e sob juramento que estão ali representados, porque o povo lhes deu essa oportunidade, como já perceberam Sobrado é a cobaia do concelho, levaram com uma agregação, levam Retria. -----

Neste momento a Assembleia tem que ter uma cor só em defesa desta causa que cada vez se torna mais grave, as pessoas estão-se a apoderar de mais terrenos, estão a alargar, estão a adoçar o bico às associações locais com patrocínios chorudos, mas não vai ser por aí que vão conseguir levar a água ao moinho porque se trata de saúde pública, e com a saúde pública todos se devem unir em defesa desta causa. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que a questão do estacionamento tem feito correr tinta pela imprensa e pelo concelho, bem como o PSD nesta questão e noutras está do lado da população do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Durante muitos anos a empresa concessionária nunca teve a fiscalização até que o senhor Presidente em negociação decidiu dar-lhe, e a empresa durante um ano decidiu fazer aquilo que bem entendeu, assediando os munícipes com multas, uma pessoa deixava o carro em qualquer lado um minuto depois tinha uma multa em cima do vidro. -----

Um ano volvido o Presidente da Câmara descobriu que a decisão padecia de ilegalidade e, portanto, descobriu que a empresa não podia fazer a fiscalização e isso é que é a questão central que está em cima da mesa. -----

Há compromissos assumidos pela Câmara, nomeadamente pelo Presidente atual, que têm que ser respeitados sob pena de arrastar o Município para longas e possivelmente onerosas batalhas legais, as consequências da batalha podem ser custosas para o bolso dos contribuintes valonguenses que neste momento já são sujeitos a uma carga fiscal pesada e desproporcionada relativamente ao nível de serviços que a Câmara proporciona. -----

Preocupa-os o teor de notícias saídas a público nas últimas semanas, notícias que lançam suspeitas sobre atitudes de eventual má conduta municipal, o que os deixa inquietos principalmente no que diz respeito aos responsáveis máximos da Câmara que devem pugnar pela supervisão e legalidade de todos os processos internos, evitando dessa forma suspeitas que neste momento recaem sobre os serviços. -----

Lamentam a atitude do Presidente da Câmara que em reunião de executivo se mostrou mais preocupado em ameaçar o primeiro eleito do PSD com um processo judicial para justificar a ausência de informação prestada ao órgão, e mais uma demonstração de ausência de transparência que o Presidente da Câmara já os habituou ao longo da vigência do seu mandato, neste e no outro. -----

Seria recomendável que os responsáveis pelo apuramento cabal das eventuais irregularidades não fossem os mesmos cuja missão é chefiar os serviços em causa, é apenas bom senso e seria uma forma de evitar eventuais suspeitas sobre o processo de averiguações internas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que está de acordo com o Membro Miguel Santos quando diz na sua intervenção que na política é preciso falar verdade, e o que o Membro fez foi não falar verdade, ou pelo menos não toda a verdade. -----

Se houve resgate, se houve crise, o PSD esteve de acordo com ela, depois se houve agregação de freguesias foi por via de publicação de uma lei assinada por Miguel Relvas, Pedro Passos Coelho e Paulo Portas. -----

Portanto, não é legítimo é faltar à verdade, vir confundir o público sobre essa questão, isso não é sério na política. Está inteiramente de acordo com aquilo que o munícipe disse a propósito da desagregação tão necessária da freguesia de Sobrado. -----

O preâmbulo dessa lei, as considerações que são feitas, diz quanto à possibilidade de poupança que a agregação das freguesias significaria para o país, porque o PSD estava completamente aterrorizado e tudo fez para poupar o mais que pode para prejudicar o povo. -----

Uma outra coisa, isso é ardiloso demais, dizer que o autor da lei é o António Costa, só porque o António Costa era Presidente de Câmara e em Lisboa tentou fazer, e acha que o António Costa tem alguma responsabilidade naquilo que foi a decisão do Governo de Passos Coelho, Portas e Miguel Relvas de proceder a uma revisão administrativa que deu cabo das freguesias, que fez a baralhada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, em defesa da honra fez a seguinte intervenção: -----

“Levar para casa, como nós gostamos de referir, considerações sobre a seriedade e a não seriedade eu para a minha casa não as levo. -----

Portanto, o senhor Membro da Assembleia Municipal há de ser tão sério como eu, mas não é mais do que eu, porque eu não faço considerações se o senhor é sério ou se não é sério. -----

O senhor Membro referindo-se à minha seriedade eu gostava de lhe dizer que o senhor pode ser tão sério como eu, agora mais não faço essas considerações, o senhor referiu, assim como referiu ao facto de eu faltar á verdade e de não corresponder à verdade. -----

Eu não disse que o António Costa era o autor da lei, não foi isso que eu disse, aquilo que eu disse é que o Dr. António Costa teve uma opção em Lisboa de agregar freguesias e que ninguém o obrigou a isso, foi uma opção dele, e que o resultado que foi feito da agregação das freguesias é o resultado da governação anterior que conduziu o país ao estado em que conduziu e que levou o país a uma posição que foi necessário apoio financeiro internacional e em troca desse apoio financeiro internacional houve a obrigação de assumir todo um conjunto de compromissos, quem foi assumir esses compromisso e lá estava nessa altura também era eu e tive que os assumir.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que a Sala das Artes de Valongo está num estado vergonhoso. Que decorre atualmente a Mostra de Teatro Amador, a senhora Vereadora é o único elemento que costuma ir, e que basta chegar àquele equipamento para se perceber que há cadeiras sem assento, que há cadeiras rotas, paredes sujas, que o pano do palco não funciona ou funciona com problemas, etc. Já propôs várias vezes a colocação de um elevador para benefício da Sala das artes e do auditório António Macedo e até á data nada foi feito. Neste momento, o município de Valongo tem o cisne concelhio que é o Fórum de Ermesinde e tem o patinho feio que é a sala das artes em Valongo. Gostava de saber como está o investimento nos equipamentos municipais. -----

No que respeita à Retria, e pedindo desculpa pela antecipação ao Membro César Ferreira, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara, que esteve com o senhor Ministro do Ambiente a semana passada em Campo, se falou ao senhor ministro do problema que afeta a população de sobrado. -----

É sua expectativa que o senhor Presidente da Câmara tenha contado ao Ministro que há uma empresa que tinha uma atividade, que conseguiu novas licenças do estado, da CCDR, e está atualmente a gozar com os munícipes, está mesmo a gozar com a Câmara Municipal, está a provocar grandes danos em questões ambientais na freguesia. Pergunta se o senhor Presidente teve a oportunidade de levar o senhor Ministro a Sobrado, e se não foi possível, pergunta o que é que ficou combinado com o senhor Ministro do Ambiente relativamente à questão da Retria. -----

Diz ainda que quando os munícipes vêm a uma Assembleia Municipal falar de um problema urbanístico, parte do pressuposto que eles desconfiam da Câmara. A Assembleia é um órgão fiscalizador da câmara e por isso os seus membros deviam estar mais preocupados com estas intervenções da população. O processo que os munícipes trouxeram, referente ao licenciamento da JDC nos Lagueirões, é um processo que começou no mandato anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É um processo esquisito em que a operação de licenciamento foi aprovada com base num pressuposto acordo com a Câmara Municipal que não existia e nunca tinha ido a reunião de Câmara. Diz que foi em período eleitoral e que, enquanto vereador à data, nunca conseguiram convocar uma reunião extraordinária para debater esse assunto. -----

Diz que, entretanto, o regulamento do PDM foi alterado e nessa nova regulamentação houve oportunidade de acomodar este licenciamento. Mesmo assim, e do ponto de vista técnico, a sua aprovação levantou dúvidas. Os técnicos dizem no processo de licenciamento que não estão acautelados os impactos que aquela zona residencial vai ser sujeita com este licenciamento. -----

Diz ainda que os munícipes vieram à Assembleia Municipal e era importante que os partidos se debruçassem sobre esses assuntos, porque acha que está a haver uma usurpação do entendimento do regulamento do PDM. Toda a gente conhece aquela zona como uma área residencial e colocar lá um centro logístico com base numas supostas exceções e umas interpretações abusivas do regulamento é muito duvidoso. -----

O senhor Presidente da Câmara defende-se falando de um suposto licenciamento anterior à construção das moradias que lá existem atualmente e que são perto de 100. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 21.02.2019 e 25.02.2019, não se tendo verificado intervenções foram colocadas à votação e **aprovadas por unanimidade**. ---

Colocou seguidamente à discussão o ponto **2.1 - Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 2.137.979,81€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal – cessação do procedimento de contratação**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto **2.2 – Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 2.659.805,44€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, fez a seguinte intervenção: -----

“Gostaríamos de salientar que nós voltamos a insistir na necessidade de o Município investir na área da construção de habitação social, tendo até em conta que há mais de 1000 famílias em situação de carência habitacional. -----

Mais uma vez lembramos que foi aprovado, por unanimidade, há um ano atrás, nesta Assembleia Municipal, uma recomendação para o Município elaborar a sua estratégia local de habitação no âmbito do Primeiro Direito, programa de apoio ao acesso à habitação” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.2 – Contração de empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para aplicação em investimentos, no montante de 2.659.805,44€, correspondente ao financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação:** -----

Votos Favor: 22 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Pedro Filipe da Rocha Almeida. -----

Votos Contra: 7 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstenções: 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

“Declaração de Voto que mais não é do que reiterar a Declaração de Voto que os nossos vereadores tiveram quando este assunto inicialmente foi trazido à Câmara, com a argumentação evidente de termos uma Câmara que tem uma receita aumentada nas rendas da água, aumento de IMI, receitas de concessão de estacionamento, não havia necessidade na opinião do PSD de contratar empréstimo bancário.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **2.3 – Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2018.** -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Anabela Maria Freire de Sousa**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.11**, cujo teor se transcreve: -----

“Colocado à apreciação desta Assembleia o relatório e contas de 2018 do Município de Valongo, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista tecer alguns comentários, realçando os aspetos que se nos afiguram como mais relevantes neste documento. -----

Assim, e no que concerne à análise patrimonial será de referir a diminuição do passivo que se tem vindo a verificar nos últimos anos, por força do decréscimo do valor das dívidas a terceiros de médio e longo e também curto prazo. Dado que o Passivo espelha as obrigações do Município, a sua diminuição constitui um registo positivo. -- Quanto aos resultados líquidos do exercício, estes apresentam valor positivo, fruto do impacto do perdão de dívida associado ao Acordo de Liquidação Antecipada da dívida à EDP Distribuição. -----

Os principais indicadores financeiros, como sejam a liquidez geral e a autonomia financeira, evidenciam e corroboram a saúde financeira do Município. -----

No que respeita ao Orçamento e sua execução, constata-se ao nível da receita uma taxa de execução elevada na ordem dos 90,41%, o que demonstra não só a precisão e seriedade conferidos à elaboração do mesmo, mas também o rigor imposto à sua execução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à despesa, a taxa de execução fixou-se nos 85,41%, indicativo de um bom desempenho orçamental. -----

Os valores obtidos ao nível da receita e da despesa, demonstram o cabal cumprimento das regras orçamentais impostas pelo POCAL e pelo RAFLEI, revelando boas práticas orçamentais e permitindo a canalização de poupança corrente gerada para financiamento de despesa de capital. -----

No que diz respeito às Grandes Opções de Plano, continua-se a verificar o grande peso das Funções Sociais, demonstrativo do esforço realizado pela Autarquia ao nível da Educação, Ação Social, Desporto, Cultura e Ambiente, áreas fulcrais para o desenvolvimento de qualquer território e para o incremento da qualidade de vida das populações. Ainda neste campo, de registar o valor crescente de valor executado em PPI. -----

E é também e só com uma gestão rigorosa em que todos os recursos são otimizados que se consegue um Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores de 4 dias. -----

Será ainda de referir a evolução verificada ao nível do Sistema de Contabilidade de Custos implementado e que permite a disponibilização de informação adicional, relevante à gestão municipal. -----

Relativamente à evolução da dívida, regista-se um decréscimo de cerca de 8.6M € em relação a 2017, correspondendo a uma diminuição de 23,82% do endividamento total. -----

E neste ponto, apraz-nos realçar aquele que provavelmente terá sido facto mais marcante do exercício de 2018: o acordo celebrado com a EDP que para além de permitir a liquidação antecipada desta dívida que há anos pesava as contas do Município, viu associado um perdão de 40% no respetivo valor. Tratou-se de uma negociação e acordo de relevante mérito, quer político, quer financeiro. -----

Nos últimos anos, a dívida total do Município tem registado um decréscimo acentuado, situando-se agora abaixo do limite imposto pelo Regime Financeiros das Autarquias, o que bem demonstra o esforço deste executivo na consolidação das contas do Município. -----

Pelos motivos evocados o Partido Socialista votará favoravelmente o Relatório de Contas de 2018.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, fez a seguinte intervenção: -----

“Na apreciação que fizemos das contas do exercício do ano 2018 não podemos deixar de salientar, mais uma vez, e tal como temos feito nos anos anteriores, o facto do revisor oficial de contas, na sua auditoria de demonstração financeira, voltar a colocar reservas sobre o valor ativo do imobilizado registado antes de 2007. ---

Nos números que são apresentados o IMI aumentou 2 milhões de euros o que revela um acréscimo superior a 20%, também o IMT teve um crescimento superior a 25%, relativo ao ano anterior, já na receita da derrama há uma diminuição do valor recebido pelo Município na ordem dos 30%. -----

Salientamos aqui que esta situação é contraditória com os dados recebidos a nível nacional que apontam para o incremento da atividade económica e conseqüente crescimento das empresas. -----

Não pondo em causa as contas de 2018 achamos que a situação do ativo imobilizado deve ser resolvida. -----

Assim, e tendo em conta que o relatório de 2018 reflete uma atividade desenvolvida pelo executivo que não é coincidente com as escolhas e prioridades do BE não votaremos favoravelmente.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que independentemente do prisma que se utilize para olhar para o documento as contas são boas. -----

A Câmara Municipal de Valongo reduziu 50% da dívida, duplicou o investimento do ano 2017 para o ano 2018, e paga a 4 dias. -----

Reduziram 26,5 milhões de euros da dívida, desses 26,5 milhões de euros 9 milhões não estavam previstos que foram da sua responsabilidade. Quase 6 milhões tem a ver com o acordo com a EDP, tendo sido a única Câmara até hoje que conseguiu o ok do Tribunal de Contas, em todas as outras foram chumbados os acordos, portanto algum mérito tiveram, os restantes foram decisões do atual executivo, no anterior e neste mandato, usando receita para pagar para diminuir a dívida. -----

Aumentaram muito o investimento sem degradar o prazo médio de pagamento, passamos de 3 para 4 dias, na maior parte das câmaras, sem exceção, um aumento de investimento corresponde a uma degradação do prazo médio de pagamento. -----

Em 2013 encontrou uma Câmara que estava de quatro, hoje está a dois de pé, Valongo hoje está de pé e aguenta, estão a preparar a Câmara para aguentar os embates futuros, para não perder como noutros anos oportunidades de ir a fundos comunitários, ganhar margem não é só para pagar dívida. -----

A questão que é colocada pelo Membro António Monteiro, é uma questão recorrente, mas é uma questão menor tem a ver com o registo do património imobilizado, que vai ser resolvido, encontraram muitos imóveis, muitas situações que não estavam registadas, aliás perderam financiamento de fundo comunitário porque não tinham os imóveis e outras situações, não tem a ver com contas. -----

A Câmara Municipal de Valongo tendo mexido nos impostos, e por vezes fala-se nos impostos, mas são dos concelhos que menos carga fiscal tem, há concelhos à volta onde a carga fiscal é muito superior. -----

Na água têm o quinto tarifário mais baixo em dezassete, e é um tarifário real, há câmaras que mantêm um custo baixo uma parte é custo administrativo é a Câmara que paga para ser baixo. -----

A nível do IMI, existem câmaras quase no máximo, fizeram uma mexida porque perceberam que é fundamental, quando mexeram nos impostos disseram que iam aumentar brutalmente o investimento, o investimento duplicou, está na rua, não há uma semana que não seja lançada uma obra, tapar buracos, fazer obra de pavimento, obra social, aumentar a cultura, não há uma que não tenha aumentado o investimento. -----

Foi esse o compromisso, pedir solidariedade, mas devolver todos os dias em investimento, não degradando nada, continuando a ser dos concelhos com menos receita per capita na Área Metropolitana do Porto, que é um problema de difícil resolução, tem a ver com um problema que é das finanças locais. O concelho de Valongo por erros sucessivos de aplicação da lei das finanças locais recebe a menos quase 5 milhões de euros por ano. -----

Desde que há a lei das finanças locais a dívida total do Município não ultrapassa a média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos, pelo que a Autarquia já não se encontra sujeita ao alerta precoce dos desvios e adesão facultativa ao saneamento financeiro, ou seja, as fichas da DGAL estão limpas, o que nunca aconteceu no passado. -----

No ciclo anterior o Município conseguiu captar pouco mais de 10 milhões, hoje quase que triplicaram, porque os financiamentos comunitários não é só querer é preciso poder ir, quem não tiver dinheiro para poder ir a fundo comunitário não tem hipótese de ver financiados os projetos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Não podem desvalorizar as contas, as contas não é um documento inócuo, são o documento da verdade, nas contas diz muito, nas contas também fala no mega-investimento que estão a fazer na habitação social, de muita coisa que está a acontecer e isso é bom, porque quando é mau e não há dinheiro, toda a gente aponta defeitos. Portanto quando há boas contas, bons números, pelo menos há que dizer que são bons números. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.3 – Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2018**, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação; -----

Votos Favor: 20 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Pedro Filipe da Rocha Almeida. -----

Votos Contra: 7 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstenções: 3 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.12**, cujo teor se transcreve: -----

“O Relatório e Contas do Município de Valongo é em primeiro lugar um documento técnico. No caso presente, um documento técnico, bem elaborado, que reflete o trabalho dos técnicos do município que nele participaram e que, fazendo fé no seu conteúdo, é o espelho da situação financeira do município de Valongo no ano de 2018. ----- Mas, numa Assembleia Municipal, mais do que analisar tecnicamente um documento desta natureza interessa, sobretudo, fazer a sua apreciação política. -----

Assim sendo, não podemos negar, nem o vamos fazer, que as contas do município, referentes a 2018, apresentam resultados financeiros positivos com os quais nos identificamos. De facto, a redução da dívida, o aumento do investimento e o pagamento a curto prazo a fornecedores são evidências inquestionáveis e que, ao contrário do que José Ribeiro fez em 2012 e 2013 quando era líder da oposição, não desvalorizamos. -----

*Mas (e existe sempre um mas) não podemos cancelar politicamente um relatório de gestão que ignora e esconde o **maior aumento da receita fiscal** a que alguma vez os munícipes deste concelho foram sujeitos. Um relatório que é usado, de forma vaidosa e egocêntrica, para demonstrar uma suposta boa gestão que mais não fez do que aumentar os impostos e as taxas municipais para valores nunca antes vistos. Não podemos aceitar que o Sr. Presidente faça destes os seus resultados e ignore aqueles que verdadeiramente conseguiram este feito: os Valonguenses que moram e pagam aqui os seus impostos. -----*

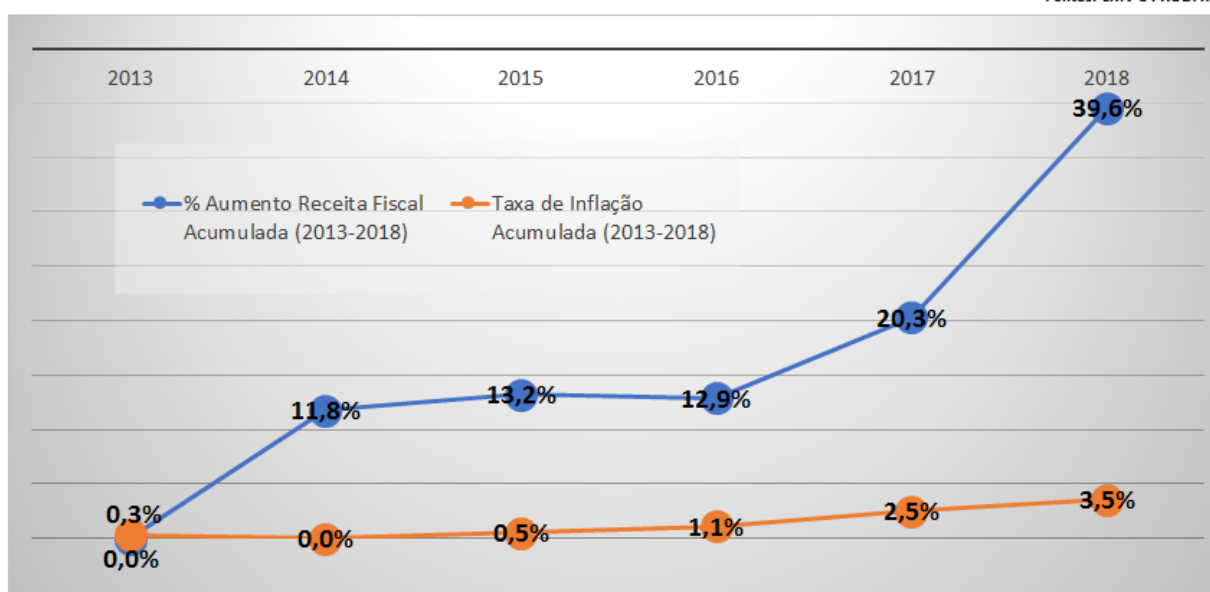
A título de exemplo, apresentamos, no quadro seguinte, a evolução da receita fiscal coletada nos últimos anos. Entre 2013 e 2018 (o mesmo período de análise usado no relatório) a receita fiscal aumentou em Valongo cerca de 40%. Para que conste, para o mesmo período, a taxa de inflação acumulada ficou-se pelos 3,5%. É caso para dizer que governar assim não custa! -----



EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL EM VALONGO (2013-2018)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITA FISCAL: IMPOSTOS (IMI/IUC/IMT/Derrama) E TAXAS	13 665 539,72 €	15 273 384,07 €	15 473 122,02 €	15 424 291,85 €	16 443 133,47 €	19 073 139,21 €
% Aumento da Receita Fiscal	-	11,8%	1,5%	-0,4%	7,5%	19,2%
% Aumento Receita Fiscal Acumulada (2013-2018)	-	11,8%	13,2%	12,9%	20,3%	39,6%
Taxa de Inflação	0,3%	-0,3%	0,5%	0,6%	1,4%	1,0%
Taxa de Inflação Acumulada (2013-2018)	0,3%	0,0%	0,5%	1,1%	2,5%	3,5%

Fontes: CMV e PRODATA



O que diria o atual Presidente da Câmara se estivesse na oposição e ouvisse dizer que os resultados atingidos se deviam à boa gestão e que o investimento tinha sido feito sem taxas altas ou impostos municipais elevados? Dizia que era mentira e nós concordaríamos consigo. -----

De facto, Sr. Presidente, o senhor ignora e esquece-se de dizer aos Valonguenses que o investimento efetuado nos últimos anos foi pouco, foi mesmo pouquinho. Que o investimento atual cresce, mas cresce à custa dos apoios comunitários e que mesmo assim, apesar do enorme aumento da receita fiscal, o senhor preferiu endividar o município, com mais um empréstimo de médio longo prazo, para financiar a comparticipação nacional, que é de apenas 15%. -----

O Sr. Presidente da Câmara diz ainda, na nota de imprensa que enviou à comunicação social, que mantemos um quadro fiscal dos mais baixos da Área Metropolitana do Porto. É verdade, como também é verdade que em 2013 esse quadro era 40% mais baixo, como também é verdade que esse quadro ficará bem pior este ano quando incorporarmos nas contas municipais a contribuição de 0,1764€/m³ de água vendida no nosso concelho que nada mais é do que um disfarçado imposto. -----

Números são número e factos são factos. Se atual maioria que governa esta câmara tivesse uma boa gestão, atingiria os mesmos resultados sem esmagar os contribuintes. Se a atual maioria tivesse uma boa gestão não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

usava e abusava dos ajustes diretos próximos dos 75000€ e defenderia os concursos públicos; se atual maioria tivesse uma boa gestão não gastava dinheiro só com as festas e páginas de jornais e investia na formação cultural dos seus munícipes; se a atual maioria tivesse uma boa gestão perdia menos tempo com as fotos das passeiras no Facebook, com as cerimónias e as inaugurações e decididamente disponibilizaria mais tempo para trabalhar e ouvir os munícipes. -----

Por tudo isto, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Valongo votam contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas referentes a 2018. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **2.4 – Relatório de Gestão e Contas, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2018.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, fez a seguinte intervenção: -----

“Deste relatório de gestão que abrange as 1.122 frações de habitação municipal consideramos que é dada uma informação bastante desenvolvida, salientamos que decorreram 56 descidas de valor das rendas por pedidos pontuais de alterações dos inquilinos para que as mesmas sejam adequadas à sua realidade económico-financeira. -----

Notamos ainda que em 2018 não foram intentadas quaisquer ações judiciais por não pagamento da renda. ----- Um motivo de preocupação para nós diminuiu o número de habitações para novos realojamentos, o que nos dá ainda mais razão para continuarmos a insistir na construção de habitação social, principalmente aproveitando a lei do Primeiro Direito.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.4 – Relatório de Gestão e Contas, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2018,** tendo sido **aprovado por maioria** com sete abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD e uma abstenção do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

“As contas da Vallis Habita são um documento técnico que está perfeitamente claro, não há sobre isso nenhuma dúvida. -----

O motivo da nossa abstenção prende-se essencialmente com o facto de vermos que uma quantidade grande que são desenvolvidas pela Vallis Habita se mantêm as mesmas desde a altura que nós estávamos à frente da Câmara, achamos que devia haver mais ambição na gestão e principalmente naquilo que diz respeito à ação social que se desenvolve no âmbito da Vallis Habita, por esse motivo votamos abstenção.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **2.5 - Proposta de celebração de Adenda ao protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de Campo e Sobrado para**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

administração do cemitério de Luriz em fevereiro de 2011, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto **3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD; Paula Cristina da Silva Moreira**, disse que na página 45 na designação do Encontro Regional da Tuberculose 2019, gostaria de saber qual foi o contributo do Município no evento; página 49 E-MIEV ações desenvolvidas, pensa que são equipas multidisciplinares; páginas 121, 122 e 123 as siglas já passaram a estar descritas, a partir da 123 passaram novamente às siglas; página 55 na atividade da Bioblitz, tem uma atividade que é pública está no site da Fundação de Serralves que decorreu de 1 a 7 de abril, colocaram a data 28 de fevereiro a 29 de março, para as escolas foi de 1 a 5 de abril; página 60 na Divisão Logística têm uma série de designações de conservação relacionadas com a conservação e manutenção de equipamentos, o somatório dos números estão errados; página 68 no final da coordenação e distribuição de todas as viaturas e máquinas pelos diferentes serviços, de acordo com as suas necessidades, na descrição diz no período em apreço, para além de ter sido garantido o apoio ao nível de transportes aos diversos serviços operacionais, foram garantidas saídas dos técnicos municipais e 18 transportes de entidades culturais, sociais e desportivas do concelho, foram ainda garantidos apoios com viaturas e equipamentos pesados a várias atividades em que os serviços municipais participaram, na página 71 tem a mesma designação só que em vez de dizer 18 transportes diz 39 transportes. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início ao Período Pós Ordem do Dia. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Hugo Jorge da Rocha Padilha**, fez a leitura de um **Voto de Congratulação** anexo à presente ata como **Doc.13**. -----

Disse de seguida que há 15 anos atrás o Município de Valongo concessionou parte do estacionamento nas freguesias de Ermesinde e de Valongo, concessão, como outras, foi negociada e contratualizada por um executivo que não o atual; o PSD que trouxe a concessão para o concelho de Valongo; foi o PSD que iniciou um conflito com a empresa que agora defende; o PSD votou na última Assembleia ao lado do PS e dos restantes grupos, por unanimidade, a retirada da fiscalização à empresa e o resgate da concessão, e hoje questiona o executivo do PS e toma partido da empresa. -----

O PSD levanta questões sobre as alegadas adulterações das multas que se iniciaram em 2011, por esse ano o Município de Valongo tinha um executivo do PSD. -----

O PSD tem que esclarecer à população do concelho de Valongo se querem contribuir para novas políticas públicas do Município, que passam por uma nova estratégia de mobilidade, uma nova política de transportes, o reordenamento do trânsito e uma política de regeneração urbana, ou se querem defender os interesses de uma empresa privada. -----

Está em curso uma comissão de inquérito, o Ministério Público tem já em mãos a mesma situação, e o PSD o que faz critica a postura do Município e mais uma vez decidam-se de que lado é que estão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O PSD admite pelas palavras do senhor Vereador Luís Ramalho que foi, passo a citar “um pau que já nasceu torto”, o processo de concessão entenda-se, o PSD sabe isso melhor do que ninguém porque foi consigo que a concessão nasceu, e também sabe como ela se foi entortando nos anos 2011, 2012, 2013, porque governava Valongo nessa altura. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que o PSD está do lado, como têm que estar, das populações, das mesmas populações que ao longo dos anos tiveram a oportunidade, também, de usufruir daquilo que é por exemplo a Praça do Centenário ou acham que se tinha feito e fez-se com o dinheiro de quem? -----

O PS esquece-se que antes do Dr. Fernando Melo havia um Presidente que era socialista e se forem mais para trás vai haver mais responsabilidades. -----

Não admite que lhe digam que o PSD está do lado da empresa, ou que está do lado não sei de quem, estão sim do lado dos valonguenses, está na Assembleia Municipal representando um partido, representando as populações que votaram nele e não está a defender interesses privados de ninguém. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que não insinuou, falou de factos, afirmou o que é público. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, apresentou os seguintes votos de pesar:

- **Voto de Pesar** - Tragédia na Ilha da Madeira, anexo à presente ata como **Doc.14**; -----

- **Voto de Pesar** – Tragédia Humanitária em Moçambique, anexo à presente ata como **Doc.15**. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o impacto no concelho de Valongo relativamente ao PART, não é só o PART vão ter um enorme impacto financeiro nos próximos anos, em nome da mobilidade da população, está a fazer com que as pessoas fiquem com mais dinheiro no bolso e é um convite para mudarem de comportamento, deixar ficar o carro em casa e passar a usar meios de transporte. -----

Neste momento não é possível estimar, já pagam obrigações de serviço público pelo facto de estarem ligados à STCP, não são acionistas está a ser discutida a questão de passarem a ser proprietários, mas isso é uma questão que ainda está em cima da mesa, temos um contrato com o Governo de 7 anos, pagam obrigações de serviço público, todos os anos aumenta, Valongo paga o correspondente ao peso que tem cerca de 5%, embora os 5% que têm de STCP é muito importante. -----

Sobre o PART este ano ficou definido, está vertido na lei de orçamento de estado, este ano pagam quase trinta mil euros, mas é previsível que paguem mais, vai ser lançado nos próximos dias um concurso público relacionado com transportes onde também vem encargos para a Câmara. -----

Sobre o referendo local defendeu juntamente com o senhor Presidente da Junta, depois não voltaram a falar no assunto, foram a Lisboa e foram tranquilizados no Parlamento, com autarcas de todos os partidos, numa sessão com autarcas de todos os partidos e políticos de todos os partidos, garantindo que vai haver uma legislação, ou seja vai haver uma lei que vai regular as desagregações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Sobre a questão da Retria, têm feito tudo o que refere na Moção, pagaram análises, inclusive já fez um apelo à manifestação, não foram eles que licenciaram, foram vários partidos a nível governamental que foram dando autorizações, mas a verdade é que a Câmara podia ter impedido o licenciamento nessa altura. -----

A empresa anda sistematicamente a bater à porta para fazer sucessivos investimentos e eles disseram não, não querem esses investimentos, estão a recusar investimento ligado à Retria porque não o querem. -----

A Câmara e a Junta de Freguesia participamos na consulta pública contra a manutenção das atuais autorizações, mandou para o Ministério, mas o problema só se resolve com o levantamento popular, está disponível para estar na manifestação, bem como o senhor Presidente da Junta também, porque só isso é que chama à atenção. -----

Sobre a questão da transferência de competências, numa conversa que teve com o senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, tendo em conta que ACES Maia/Valongo neste momento diz respeito aos dois concelhos, embora não seja do seu agrado, nem da Maia, entenderam não ficar com as competências da saúde este ano. --

No caso da educação vão aceitar, estão preocupados porque os números que estão a fornecer parece que não batem certo, mas se não for agora iam ter o problema no ano a seguir, também não lhe parece correto deixar para 2021, porque em 2021 é ano eleitoral, é um ano em que as populações voltam a escolher quem governa, deixar um dossier destes num momento eleitoral não seria sério do ponto de vista político. -----

A Câmara a partir de setembro vai passar a ter 1000 funcionários, tem hoje 655, aumentou desde que é Presidente de Câmara 33, mas a partir de setembro passa a ter mais de 1000, que são os funcionários que são hoje das escolas secundárias e básicas. -----

Relativamente ao Membro Tiago Dionísio quem renegociou o atual contrato com a Parque VE, já foi dito que não foram eles que trouxeram para Valongo, a empresa privada em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 foi quem fez a fiscalização na rua, é bom que não seja dito o contrário porque isso é perfeitamente desmentido, só deixou de fazer, não por vontade da Câmara, porque o Governo de então alterou o Código da Estrada, porque o número de queixas era brutal, o comportamento dessas empresas é com frequência de muita agressividade, e em 2007 o Governo do República alterou o Código da Estrada e impediu as empresas de fazerem fiscalização. -----

Mais tarde o Governo da coligação PPD/CDS alterou novamente para permitir que as câmaras voltassem a contratualizar isso com as empresas, que também correspondeu a um período em que as câmaras deixaram de ter pessoal para o fazer. -----

Relativamente à peça da TVI que se reporta a 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, só é Presidente de Câmara desde 17 de outubro de 2013. -----

Quem renegociou o atual contrato com a Parque VE, foi a Câmara que negociou a transação judicial, aprovada em reunião de Câmara em 15 de dezembro de 2016, com a abstenção do PSD, que levou à celebração dos aditamentos a cada um dos contratos de concessão; quais as condições desse contrato, existem dois contratos de concessão de estacionamento de duração limitada que foram celebrados com a Parques VE, os quais remontam a 2003 e 2004, não era Presidente de Câmara, foram feitos dois aditamentos em 2017, já era Presidente de Câmara. -----

Em 2011, não era Presidente de Câmara, o Município de Valongo interpôs uma ação judicial contra a Parque VE, tendo em vista a retirada de parcometros instalados em lugares não abrangidos pelo contrato de concessão em Ermesinde, localizados em terrenos que são propriedade da Junta de Freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Entretanto no mandato anterior, já era Presidente de Câmara, foi publicada legislação que veio criar condições para as empresas privadas concessionárias de estacionamento poderem exercer a atividade de fiscalização de estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas. -----

A transação judicial, o processo que a Câmara, o executivo do PSD, meteu contra a empresa em 2011, entretanto em 2008 a empresa meteu um processo contra a Câmara, há dois processos, mas o da Câmara, o processo que a Câmara meteu em 2011 deu origem a uma transação judicial que foi aprovada em reunião de Câmara em 15/12/2016, com a abstenção do PSD, contemplava os seguintes aspetos: reorganizar os lugares de estacionamento indevidamente abrangidos na concessão na freguesia de Ermesinde, designadamente com a eliminação dos 28 lugares localizados em terreno na freguesia de Ermesinde na rua de S. Silvestre; atribui a fiscalização da concessão de estacionamento à concessionária, nos termos previstos na nova legislação; aumentar a percentagem que a Parque VE paga ao Município a título de participação nas receitas brutas de exploração dos contratos, era de 4% em Ermesinde e de 7% em Valongo, passou a ser 7% nas duas cidades; regular a utilização gratuita pelo Município de Valongo de lugares de estacionamento da concessão para a realização de iniciativas públicas, designadamente na feira semanal de Valongo; introduzir no contrato cláusulas que permitem ao Município um maior controlo da gestão das concessões de acordo com o disposto no Código dos Contratos Públicos, designadamente o controlo partilhado da utilização dos lugares de estacionamento de duração limitada através da partilha de software próprio da gestão de parcómetros; a apresentação de relatórios de gestão trimestrais contendo informação essencial sobre a atividade das concessões e introdução de um painel de indicadores de acompanhamento e avaliação de desempenho da concessionária. -----

A Assembleia Municipal na sequência da referida transação judicial em 23 de novembro de 2017, aprovou os aditamentos aos contratos e uma alteração do regulamento municipal de trânsito e estacionamento de duração limitada de Valongo, o CDS absteve-se e votaram contra o PSD, o BE e a CDU. -----

Sobre se o arquivamento de multas carecia de despacho, não existe qualquer arquivamento de multas por parte do Município, uma vez que a empresa não obteve para os seus funcionários afetos ao estacionamento a equiparação legal a agente da autoridade administrativa, como lhe é exigido no regulamento municipal de estacionamento e nos contratos de concessão, os autos que emite não têm qualquer validade, não podendo servir de base a qualquer processo de contraordenação. -----

Qual será a postura da Câmara no futuro em relação ao tema, a Câmara já assumiu a fiscalização da concessão e a partir de dia 28 de agosto de 2019, data em que se opera o resgate assumira em pleno a gestão do estacionamento de duração limitada. Por outro lado, comunicou às autoridades policiais o exercício ilegal da atividade de fiscalização do pessoal da Parque VE estando em curso o competente inquérito criminal. -----

Não existe multas, contraordenações porque os avisos de pagamento emitidos pela concessionária são nulos, e por isso não produzem qualquer efeito e não podem dar origem a qualquer cobrança, apenas se mantem de acordo com o regulamento municipal a obrigação de pagamento da taxa de estacionamento de parquímetros. ---

A linha do Sousa foi uma proposta do Presidente de Paços de Ferreira, secundada por mais 5 autarcas onde me incluo, felicita o BE e compreende a importância. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto à empresa Retria está a disponibilizar-se para financiar tudo e mais alguma coisa, eventos desportivos, financiamentos a clubes, o que é um comportamento no mínimo estranho, espera que não seja a justificação para as pessoas não se insurgirem com o que está a acontecer naquela zona. -----

Sala das Artes, está previsto um investimento que vai arrancar, vai deixar de ser motivo de discussão político partidário, vão fazer um investimento digno, não é só na Sala das Artes, vão colocar o elevador, e vão reabilitar e criar a Casa do Conhecimento naquele espaço dando-lhe dignidade. -----

Sobre a Retria falou com o senhor Ministro, já não é a primeira vez que fala com o senhor Ministro, portanto a questão é que deram licenças à empresa enquanto elas não caducarem é um problema, para elas caducarem é preciso que a população mostre que não quer aquilo lá. -----

Sobre os Lagueirões trata-se de uma empresa do concelho de Valongo que paga impostos, que armazena papel. Quanto à Recomendação do Membro Tiago Dionísio a Lipor deposita menos de 1% em aterro, o dado que refere não é correto e a Lipor é um motivo de orgulho, é dos mais caros do país. Valongo tem projetos que são altamente avançados, o da separação de orgânicos são os mais avançados, o que fala já está no terreno, se calhar o ideal era pedirem à Lipor uma visita. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, agradeceu o esclarecimento relativamente à situação da Lipor, não afirmou diretamente a Valongo, fez uma relação a Portugal, uma recomendação ao concelho de melhorar em algumas perspetivas. -----

Disse que não foi respondido, as pessoas na rua dizem que foi dito pelo Presidente da Câmara e pela Câmara que não tinham que pagar as multas, houve pessoas que rasgaram as multas, deitaram-nas ao chão, perguntou se essas pessoas não vão ser obrigadas um dia mais tarde a pagar as multas e não terão problemas legais devido a essas afirmações. -----

Relativamente à adulteração de matrículas se foi já feito em mandatos anteriores, pelo PSD também, ou é uma questão de agora. -----

De seguida solicitou uma cópia do documento justificativo e o fornecimento da gravação porque ficou fascinado como é que respondeu a uma pergunta que antes de chegar à Assembleia riscou e não a fez e o senhor Presidente disse a pergunta direitinha como está quando não forneceu a pergunta a ninguém. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que faz o trabalho de casa e prepara-se para as reuniões, imagina todas as perguntas que possam fazer. -----

Nunca disseram que devem deixar de pagar o estacionamento, o que a televisão diz não comenta, esteve meia hora a falar com o jornalista e o que disse foi cortado completamente. -----

Sobre a questão da suposta adulteração, há uma denúncia que é feita com quarenta e tal casos relativos a 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, entrou em 17 de outubro de 2013, são situações de adulteração que começaram no mandato em que não era Presidente de Câmara e terminaram em 2015. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** – Pelo Transporte Ferroviário, Pela Nova “Linha do Vale do Sousa”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE e anexa à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

presente ata como **Doc.10**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PS. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Estando fundamentalmente de acordo com esta Moção, temos aqui situações que referem momentos passados de governação do PSD, portanto não podemos concordar com esta parte da Moção e por esse motivo abstivemo-nos.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** – Pelo Alargamento e Melhoria do Complemento Solidário Para Idosos, apresentada pelo Grupo Municipal do BE e anexa à presente ata como **Doc.9**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

De seguida colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente ata como **Doc. 6**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“O CDS e eu próprio, falo na dupla condição, também eu de sobradense, o CDS e eu próprio estamos de absoluta, redonda, total e integralmente contra a agregação que aconteceu aqui no concelho de Valongo das duas freguesias. Porém, acho que considerando o final de mandato que estamos neste momento a viver pedir qualquer coisa que seja feita ainda nesta legislatura, tive ocasião do conversar com o meu colega da CDU dizendo que pelo facto desta Moção impor que qualquer coisa aconteça ainda dentro desta legislatura que nos faz votar de forma abstenção. -----

Acho que não é politicamente sério estar a votar um assunto desta natureza às portas das novas eleições, há até um caminho que deve ser feito, já foram ouvidas as populações a quem diretamente este assunto diz respeito, as populações de Sobrado e as populações de Campo, a Junta de Freguesia de Sobrado e Campo já tomou posição relativamente a esta matéria? Não de verão ser eles os primeiros a ter uma voz, eu acho que lhes conheço a opinião, mas não devemos fazer desta forma o caminho primeiro ouvir o que eles têm para dizer e então aí sim nós aqui tomaremos a decisão da mesma forma que tomamos há uns tempos atrás. -----

Eu julgo saber que esta assunto foi discutido há bem pouco tempo, que está agendada uma reunião extraordinária para o dia 23 deste mês, uma Assembleia extraordinária em Sobrado e Campo para justamente discutir e debaterem estas matérias, nesse sentido, não sou contra o substrato e a essência da Moção, sou sim contra o facto que se impõe que isto aconteça ainda dentro deste processo legislativo.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o **Voto de Congratulação** - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos – PART, apresentada pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Grupo Municipal do PS e anexa à presente ata como **Doc.1**, não se tendo verificado intervenções foi colocado á votação e **aprovado por maioria** com 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD e 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“O nosso sentido de voto de abstenção não porque nós estejamos contra com tudo o que sejam investimentos que possam melhorar a contabilidade, tudo isso é extremamente positivo, mas temos aqui uma parte que diz que o PART é um compromisso com as famílias com a poupança e depois a cara não diz com a careta. ----- Por um lado, temos um país com o maior nível fiscal de sempre a acontecer neste momento, temos um Município que aumenta a fiscalidade 40% e agora estamos aqui numa coisa muito bonita num Voto de Congratulação a dizer que estamos a apoiar as famílias e as suas poupanças, há aqui uma situação de absoluta incoerência do PS ao apresentar este Voto de Congratulação nestes termos.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o **Voto de Congratulação** apresentado pelo Grupo Municipal do PS anexo à presente ata como **Doc. 13**, não se tendo verificado intervenções foi colocado *a votação e **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente ata como **Doc. 3**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação a **aprovado por unanimidade**. ---

Colocou de seguida à discussão o **Voto de Pesar** – Tragédia na Ilha da Madeira, anexo à presente ata como **Doc.14**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o **Voto de Pesar** – tragédia Humanitária em Moçambique anexo à presente ata como **Doc.15**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. --

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Flípe Alves Felgueiras**, fez a seguinte *intervenção*: -----

“Dar uma nota de pesar por uma situação que afeta milhares de pessoas, eu conheço relativamente bem o local, tenho família no local, tenho amigos no local e efetivamente o que lá se passou foi uma situação muitíssimo dramática. -----

Portanto além de fazermos aqui este Voto de Pesar eu queria instar em que todos na medida das suas possibilidades contribuir com uma situação que efetivamente a todos os níveis é uma situação dramática do ponto de vista humano. -----

Faca aqui este apelo, além do Voto de Pesar um apelo na medida em que for necessário, da maneira que for possível a cada um ajudar naquilo que for possível a cada um.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a provação em Minuto os pontos **2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5**, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

Deu de seguida por encerrada a sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____